

EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL NO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE MUNICIPAL DE SOROCABA: ENTRE A AMPLIAÇÃO DA JORNADA E A FORMAÇÃO INTEGRAL

FULL-TIME EDUCATION IN ELEMENTARY SCHOOLS OF THE MUNICIPAL EDUCATION SYSTEM OF SOROCABA: BETWEEN THE EXTENSION OF THE SCHOOL DAY AND COMPREHENSIVE EDUCATION

EDUCACIÓN A TIEMPO COMPLETO EN LA ENSEÑANZA FUNDAMENTAL DE LA RED MUNICIPAL DE SOROCABA: ENTRE LA AMPLIACIÓN DE LA JORNADA ESCOLAR Y LA FORMACIÓN INTEGRAL

Maria Cristina Camargo¹
Vanessa Baccelli Michelacci²
Daniela Harder Oliveira³
Rozineide Iraci Pereira da Silva⁴

RESUMO: A educação em tempo integral ocupa posição relevante no debate educacional brasileiro por envolver, simultaneamente, a ampliação da jornada escolar e a necessidade de reorganização curricular, pedagógica e administrativa das redes de ensino. Este artigo analisa a educação em tempo integral no Ensino Fundamental da rede municipal de Sorocaba, com ênfase na relação entre a ampliação do tempo de permanência na escola e a efetivação de uma proposta de formação integral. Trata-se de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, fundamentada em produção acadêmica recente e em documentos normativos e orientadores, especialmente o Plano Municipal de Educação de Sorocaba, as Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral e o Caderno de Orientações para o Planejamento 2026. A análise foi organizada em quatro eixos: concepção de educação integral, currículo e interdisciplinaridade, condições de implementação e desafios contemporâneos da política municipal. Os resultados indicam que Sorocaba construiu, ao longo dos últimos anos, referenciais próprios para a escola em tempo integral, associando ampliação de tempos e espaços a eixos formativos e ao protagonismo dos estudantes. Entretanto, a consolidação da política exige continuidade institucional, infraestrutura adequada, valorização e formação dos profissionais, integração curricular, inclusão e monitoramento da qualidade. Conclui-se que a jornada ampliada somente adquire sentido educativo quando articulada a uma intencionalidade pedagógica capaz de promover desenvolvimento cognitivo, social, cultural, ético e cidadão.

Palavras-chave: Educação em tempo integral. Ensino Fundamental. Política educacional. Currículo. Sorocaba.

¹Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

²Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

³Mestranda em Ciências da Educação pela Christian Business School (CBS).

⁴Orientadora. Ph.D Doutora em Ciências da Educação Professora orientadora da Christian Business School (CBS), vinculada ao PPGE-UECE.

ABSTRACT: Full-time education occupies a prominent position in the Brazilian educational debate, as it simultaneously involves extending the school day and the need to reorganize the curricular, pedagogical, and administrative structures of educational systems. This article analyzes full-time education in elementary education within the municipal school system of Sorocaba, emphasizing the relationship between the extension of students' time at school and the implementation of a comprehensive education approach. This is a qualitative, bibliographic, and documentary study based on recent academic literature and normative and guiding documents, particularly the Municipal Education Plan of Sorocaba, the Pedagogical Guidelines for Full-Time Elementary Schools, and the 2026 Planning Guidelines Handbook. The analysis was organized into four dimensions: the concept of comprehensive education, curriculum and interdisciplinarity, implementation conditions, and contemporary challenges of municipal educational policy. The findings indicate that, over recent years, Sorocaba has developed its own frameworks for full-time schooling, linking the expansion of educational time and spaces to formative dimensions and student protagonism. However, the consolidation of this policy requires institutional continuity, adequate infrastructure, professional appreciation and training, curricular integration, inclusion, and quality monitoring. It is concluded that an extended school day acquires educational meaning only when aligned with a pedagogical purpose capable of promoting students' cognitive, social, cultural, ethical, and civic development.

Keywords: Full-time education. Elementary education. Educational policy. Curriculum. Sorocaba.

RESUMEN: La educación a tiempo completo ocupa un lugar destacado en el debate educativo brasileño, ya que implica simultáneamente la ampliación de la jornada escolar y la necesidad de reorganizar las estructuras curriculares, pedagógicas y administrativas de los sistemas educativos. Este artículo analiza la educación a tiempo completo en la enseñanza fundamental de la red municipal de Sorocaba, con énfasis en la relación entre la ampliación del tiempo de permanencia en la escuela y la implementación de una propuesta de formación integral. Se trata de una investigación cualitativa, bibliográfica y documental, fundamentada en la producción académica reciente y en documentos normativos y orientadores, especialmente el Plan Municipal de Educación de Sorocaba, las Directrices Pedagógicas para la Escuela de Enseñanza Fundamental a Tiempo Completo y el Cuaderno de Orientaciones para la Planificación 2026. El análisis se organizó en cuatro ejes: concepción de la educación integral, currículo e interdisciplinariedad, condiciones de implementación y desafíos contemporáneos de la política municipal. Los resultados indican que Sorocaba ha desarrollado, a lo largo de los últimos años, marcos de referencia propios para la escuela a tiempo completo, vinculando la ampliación de tiempos y espacios educativos con ejes formativos y el protagonismo estudiantil. Sin embargo, la consolidación de esta política requiere continuidad institucional, infraestructura adecuada, valorización y formación de los profesionales, integración curricular, inclusión y seguimiento de la calidad. Se concluye que la jornada escolar ampliada adquiere sentido educativo únicamente cuando está articulada con una intencionalidad pedagógica capaz de promover el desarrollo cognitivo, social, cultural, ético y ciudadano de los estudiantes.

Palabras clave: Educación a tiempo completo. Enseñanza fundamental. Política educativa. Currículo. Sorocaba.

INTRODUÇÃO

A educação em tempo integral consolidou-se, nas últimas décadas, como um dos temas centrais das políticas educacionais brasileiras. O debate, entretanto, não pode ser reduzido à permanência do estudante por mais horas dentro da escola. A ampliação da jornada modifica as relações entre tempo, espaço, currículo, profissionais, infraestrutura, alimentação, convivência e gestão pedagógica, exigindo que a escola reorganize seu projeto educativo.

A literatura recente distingue a educação em tempo integral, vinculada à duração da jornada, da educação integral, compreendida como formação humana em múltiplas dimensões. Almeida, Souza e Oliveira (2025) observam que a aproximação entre essas duas concepções é indispensável para que o aumento do tempo escolar não se limite à reprodução, em período ampliado, das mesmas atividades do turno parcial. Essa distinção é particularmente relevante quando se pretende analisar experiências municipais e identificar se a extensão do tempo escolar vem acompanhada de uma proposta pedagógica efetivamente integradora.

No município de Sorocaba, a temática apresenta trajetória própria. O Plano Municipal de Educação aprovado pela Lei nº 11.133/2015 incorporou a Meta 6 e definiu estratégias relacionadas à expansão da jornada, à diversificação das experiências educativas, às condições materiais das unidades, à construção coletiva do projeto político-pedagógico, à participação da comunidade e à valorização dos profissionais.

O documento de discussão da Meta 6 também registra propostas voltadas a atividades esportivas e culturais, infraestrutura apropriada, protagonismo estudantil, alimentação e adequação dos espaços escolares (SOROCABA, 2015a; SOROCABA, 2015b). Esses elementos demonstram que, desde a formulação do PME, a política municipal não foi pensada exclusivamente em termos quantitativos, embora a distância entre o texto normativo e a realidade de implementação constitua questão essencial para a análise de qualquer política pública.

A Secretaria da Educação de Sorocaba sistematizou, em 2016, as Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral. O documento apresenta a educação em tempo integral como política pública de ampliação do tempo, dos espaços e das oportunidades educativas, diferenciando-a de uma visão meramente assistencial ou de simples ocupação do contraturno.

As diretrizes indicam que a formação integral deve considerar dimensões cognitivas, afetivas, éticas, sociais, lúdicas, estéticas, físicas e biológicas, organizando o trabalho pedagógico em torno de componentes curriculares, eixos estruturantes e práticas de protagonismo infantil (SOROCABA, 2016). A existência de um documento específico para o Ensino Fundamental revela a intenção da rede de conferir identidade pedagógica própria à jornada ampliada e constitui uma fonte privilegiada para compreender os fundamentos e as escolhas curriculares locais.

A atualidade do tema se torna ainda mais evidente diante do Caderno de Orientações para o Planejamento 2026 da rede municipal. O documento reafirma que a educação em período integral deve contribuir para uma sociedade democrática e inclusiva, orienta a distribuição dos componentes curriculares e dos eixos estruturantes nos diferentes períodos do dia e informa que, em 2025, a Secretaria da Educação constituiu uma comissão para revisar e reorganizar as diretrizes de 2016. Para 2026, foram previstos encontros estratégicos destinados à atualização do Caderno de Orientação nº 3 e ao alinhamento das diretrizes às necessidades atuais da rede (SOROCABA, 2026).

Tal movimento ocorre em um momento de transição normativa: o PME 2015-2025 encerrou seu ciclo e o novo PNE de 2026 estabelece metas mais ambiciosas para a educação integral em tempo integral, o que amplia a relevância de discutir os rumos da política municipal.

Diante desse contexto, este artigo tem como objetivo analisar a educação em tempo integral no Ensino Fundamental da rede municipal de Sorocaba, identificando como os documentos locais e a literatura especializada articulam ampliação da jornada, currículo, formação integral, gestão pedagógica e condições de implementação.

Busca-se, especificamente, discutir as diferenças entre educação integral e educação em tempo integral; examinar os principais fundamentos presentes na política municipal; analisar o papel do currículo interdisciplinar e do protagonismo estudantil; e problematizar desafios relacionados à infraestrutura, aos profissionais, à inclusão e à continuidade institucional. Parte-se da compreensão de que a qualidade de uma política de tempo integral não pode ser aferida somente pelo número de horas ou matrículas, mas pela capacidade de transformar o tempo adicional em experiências educativas diversificadas, coerentes e socialmente significativas.

MÉTODOS

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de natureza bibliográfica e documental. A abordagem qualitativa foi escolhida porque o objeto investigado envolve concepções de formação, decisões de política educacional, organização curricular e processos de implementação que não podem ser reduzidos a indicadores quantitativos. O estudo não pretende realizar avaliação estatística do desempenho das escolas nem medir causalmente os efeitos da jornada ampliada.

Seu propósito é compreender os sentidos atribuídos à educação em tempo integral, as orientações formuladas para a rede municipal e as tensões identificadas pela produção acadêmica recente. Nesse sentido, a análise documental é utilizada para examinar o conteúdo das normas e diretrizes oficiais, enquanto a revisão bibliográfica permite confrontar a experiência municipal com debates nacionais sobre direito à educação, currículo, interdisciplinaridade, trabalho docente, cidadania e inclusão.

O corpus documental municipal foi composto pela Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015, que aprovou o Plano Municipal de Educação de Sorocaba para o período de 2015 a 2025; pelo texto-base da Meta 6 do PME; pelo Caderno de Orientações SEDU nº 03, publicado em 2016, contendo as Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral; e pelo Caderno de Orientações para o Planejamento 2026, especialmente o item dedicado ao Ensino em Período Integral.

5

Também foram considerados documentos nacionais referentes ao tema, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Lei nº 13.005/2014, a Lei nº 14.640/2023, que instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, e a Lei nº 15.388/2026, que aprovou o novo Plano Nacional de Educação (BRASIL, 1996; BRASIL, 2014; BRASIL, 2023; BRASIL, 2026).

Para a interpretação do material, foram definidas quatro categorias analíticas: a) concepção de educação integral e distinção em relação à educação em tempo integral; b) currículo, interdisciplinaridade e formação cidadã; c) condições de implementação da política, considerando infraestrutura, profissionais, planejamento e inclusão; e d) institucionalização, continuidade e atualização das diretrizes municipais.

As categorias foram construídas a partir da recorrência dos temas nos documentos de Sorocaba e na literatura especializada. Os resultados são apresentados de forma interpretativa, articulando as fontes municipais com estudos de outras redes e com o marco normativo nacional. Por se tratar de pesquisa bibliográfica e documental com fontes públicas, não houve

participação direta de seres humanos nem coleta de dados pessoais, não sendo necessária submissão a comitê de ética em pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Trajetória da política de tempo integral em Sorocaba

A análise dos documentos municipais mostra que a política de tempo integral em Sorocaba não surgiu de forma repentina com o PME de 2015. O Caderno de Orientações nº 3 registra que, em 2007, a Secretaria da Educação iniciou ações voltadas à educação integral por meio da Oficina do Saber, inicialmente direcionada a determinados anos do Ensino Fundamental e a estudantes em condições de vulnerabilidade.

Em 2008, o atendimento foi ampliado e organizado em eixos relacionados à linguagem, lógica e leitura, experiências artísticas, corporeidade e desenvolvimento social. Em 2014 e 2015, novas regulamentações reorganizaram a política, alterando jornada, eixos e composição das equipes. Esse percurso demonstra que a rede acumulou experiências antes de formular as diretrizes de 2016 e que a política local foi sendo reconstruída por etapas, em resposta a

6

necessidades pedagógicas e administrativas (SOROCABA, 2016).

Em 2016, a Secretaria buscou consolidar a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral como política pública, substituindo gradualmente a lógica de projeto complementar por uma proposta com identidade pedagógica mais definida. O documento daquele ano registra que 17 das 47 escolas municipais de Ensino Fundamental ofereciam atendimento em tempo integral, totalizando 156 turmas e 4.386 alunos naquele momento (SOROCABA, 2016).

Esses números devem ser lidos como retrato histórico do processo de implantação, e não como representação automática da situação atual. Sua importância analítica reside em mostrar que a rede já possuía escala significativa de atendimento e, portanto, enfrentava desde então o desafio de transformar uma experiência relativamente ampla em política estável, com currículo, profissionais e mecanismos de acompanhamento próprios.

A concepção pedagógica da rede: tempos, espaços e oportunidades educativas

Um elemento marcante das diretrizes municipais é a organização por eixos estruturantes. O documento de 2016 apresenta eixos como Alfabetização Matemática, Experiências Literárias, Fruição Estética e Pensamento Científico, além de destacar o

Protagonismo Infantil como eixo formador capaz de articular situações de ensino e aprendizagem.

Essa estrutura sugere uma tentativa de combinar aprofundamento acadêmico com experiências que ampliem repertórios culturais e formas de participação. Ao colocar o protagonismo como referência transversal, a proposta reconhece a criança como sujeito ativo, e não apenas como destinatária de atividades planejadas por adultos. Tal orientação dialoga com a defesa de formação cidadã de Da Silva et al. (2025), para quem a jornada ampliada pode favorecer autonomia e participação quando existe intencionalidade pedagógica.

A proposta curricular de Sorocaba também contém tensão típica das políticas de tempo integral: a relação entre componentes curriculares e parte diversificada. O Caderno de Planejamento 2026 orienta que, no Ensino Fundamental em período integral, os componentes curriculares sejam desenvolvidos no período da manhã e os eixos estruturantes no período da tarde (SOROCABA, 2026).

Essa organização facilita a operacionalização da jornada, mas exige cuidado para não produzir hierarquia simbólica entre um período considerado “acadêmico” e outro percebido como “complementar”. A integração curricular depende de planejamento que estabeleça conexões entre ambos. Silva e Santos (2023) mostram que a interdisciplinaridade pode funcionar como caminho para reduzir essa fragmentação, desde que as atividades estejam associadas a objetivos comuns e não apenas distribuídas em blocos de horário.

A leitura de Lopes e Rocha (2020) ajuda a problematizar o desafio. O currículo prescrito pode afirmar integração, protagonismo e interdisciplinaridade, mas o currículo real é construído na prática, sob influência de horários, espaços, disponibilidade de profissionais, formação, recursos e cultura institucional.

Além disso, o currículo oculto pode comunicar mensagens contrárias às intenções oficiais quando, por exemplo, estudantes não participam das decisões ou quando determinadas atividades são tratadas como menos importantes. Dessa forma, a qualidade da educação integral em Sorocaba depende de como cada unidade escolar interpreta e concretiza as diretrizes. A existência de um documento comum é necessária, mas sua efetividade requer processos permanentes de formação, acompanhamento, escuta das escolas e revisão das práticas.

Gestão pedagógica, trabalho coletivo e profissionais

A educação em tempo integral amplia a complexidade da gestão pedagógica. Em uma escola de jornada parcial, a articulação curricular já constitui desafio; em uma jornada ampliada, aumenta o número de atividades, profissionais, tempos de convivência e necessidades de acompanhamento. Por isso, o projeto político-pedagógico precisa funcionar como elemento integrador.

A Meta 6 do PME de Sorocaba incluiu estratégia de construção coletiva do projeto político-pedagógico, assegurando tempos e espaços para formação na perspectiva da educação em tempo integral (SOROCABA, 2015b). Essa orientação permanece atual porque impede que a política seja reduzida a uma grade horária definida externamente. O PPP deve explicitar objetivos, responsabilidades, modos de integração curricular, formas de participação estudantil e comunitária e critérios de avaliação da experiência escolar.

A trajetória municipal demonstra preocupação com a qualificação dos profissionais. O Caderno de 2016 relata mudanças na composição das equipes e a substituição de prestadores por professores, além da oferta de formação continuada por assessorias e parcerias (SOROCABA, 2016).

Esse movimento é coerente com a crítica de Andrade e Vidal (2023), segundo a qual políticas de ampliação da jornada podem incorporar monitores e outros agentes sem clareza suficiente de atribuições, produzindo fragilidade pedagógica. A presença de diferentes profissionais pode enriquecer o currículo, especialmente em arte, cultura, esporte e projetos, mas exige definição de responsabilidades, formação compatível, coordenação e integração ao projeto da escola. A diversidade de agentes não pode significar precarização do trabalho educativo.

4.4 Infraestrutura, bem-estar, equidade e inclusão

A permanência prolongada do estudante torna a infraestrutura um elemento pedagógico. As escolas precisam oferecer condições para alimentação, higiene, descanso, convivência, práticas corporais, atividades culturais, leitura, investigação e estudo. O documento da Meta 6 de Sorocaba registrou preocupação com instalações físicas, mobiliário, recursos humanos, acessibilidade e espaços apropriados para aprendizagem, cultura, artes, esporte e lazer (SOROCABA, 2015b).

Essas previsões demonstram que a rede reconhecia, já na formulação do PME, que não é suficiente acrescentar horas a uma estrutura concebida para permanências mais curtas. A

qualidade da jornada depende de ambientes que permitam alternância entre concentração, movimento, interação e repouso, respeitando características etárias e necessidades individuais.

No campo da inclusão, o tempo integral exige soluções organizacionais específicas. Gomes-Silva e Mendes (2025) apontam que estudantes do público da educação especial podem enfrentar conflito entre participar integralmente das atividades da turma e frequentar o Atendimento Educacional Especializado quando este é organizado no contraturno.

O Caderno de Planejamento 2026 de Sorocaba registra que, para atender estudantes da creche e do ensino em tempo integral, passou a ser ofertado Ensino Colaborativo em 2024, sinalizando tentativa de aproximar o apoio especializado da rotina escolar (SOROCABA, 2026). A discussão mostra que uma política integral precisa ser inclusiva também em sua organização temporal: o apoio especializado deve ampliar a participação do estudante, e não retirá-lo sistematicamente das experiências que justificam a própria jornada ampliada.

4.5 A revisão das diretrizes em 2025-2026 e os desafios para um novo ciclo da política

O Caderno de Orientações para o Planejamento 2026 oferece evidência relevante de que a rede municipal se encontra em processo de revisão da política. O documento informa que, em 2025, reuniões com supervisores, diretores e orientadores pedagógicos identificaram a necessidade de revisar e reorganizar o Caderno nº 3, considerando especificidades atuais do atendimento em período integral.

Em outubro daquele ano, foi criada a Comissão Escola em Tempo Integral e, nas reuniões subsequentes, foram discutidos o documento de 2016, a implementação em novas unidades e as dificuldades do segmento. Para 2026, foram previstos encontros estratégicos destinados a consolidar análises, incorporar contribuições das equipes escolares e atualizar as diretrizes (SOROCABA, 2026). Esse movimento indica reconhecimento institucional de que a política precisa acompanhar transformações da rede e não permanecer presa a uma formulação elaborada dez anos antes.

O novo PNE torna essa revisão ainda mais estratégica. A Meta 6.a eleva progressivamente os percentuais nacionais e, sobretudo, explicita que a expansão deve ocorrer na perspectiva da educação integral, com intencionalidade pedagógica. Entre as estratégias estão formação dos profissionais, participação da comunidade, gestão integrada, infraestrutura, esporte educacional, integração curricular e indicadores de qualidade (BRASIL, 2026).

Para o próximo PME de Sorocaba, esses elementos podem ser transformados em metas locais mensuráveis. Não basta registrar quantas escolas e matrículas possuem jornada de sete horas; será necessário acompanhar aspectos como participação estudantil, articulação entre períodos, adequação dos espaços, estabilidade das equipes, acesso à educação especial, qualidade da alimentação e diversidade das experiências oferecidas.

Também é recomendável que a revisão preserve a identidade construída pela rede e, simultaneamente, avalie criticamente suas formas de organização. A divisão entre componentes curriculares pela manhã e eixos estruturantes à tarde, por exemplo, pode continuar sendo funcional, mas precisa ser acompanhada de estratégias explícitas de integração para evitar fragmentação.

Da mesma forma, o protagonismo infantil deve ser traduzido em práticas efetivas de escuta, assembleias, escolha de projetos e participação nas decisões. Dias et al. (2024) mostram que a educação para a cidadania encontra obstáculos em diferentes níveis; logo, o fortalecimento da participação exige mudanças de cultura institucional, e não apenas inclusão de conteúdos. A atualização do documento municipal pode estabelecer parâmetros para que a participação seja observável na vida escolar.

Por fim, a análise sugere que o principal desafio da política municipal não é escolher entre expansão e qualidade, mas planejar uma expansão sustentada pela qualidade. A experiência de Santarém analisada por Aguiar (2024) alerta para o risco de ampliar tempo sem produzir formação integral; os estudos de Silva e Santos (2023) destacam a necessidade de integração curricular; Andrade e Vidal (2023) chamam atenção para a definição dos papéis profissionais; Gomes-Silva e Mendes (2025) evidenciam tensões inclusivas; e Da Silva et al. (2025) relacionam efetividade à infraestrutura, formação e intencionalidade pedagógica. O conjunto dessas evidências converge para a ideia de que a política de Sorocaba deve ser analisada e atualizada como sistema articulado, no qual tempo, currículo, pessoas, espaços, gestão e participação se sustentam mutuamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permite concluir que a educação em tempo integral no Ensino Fundamental da rede municipal de Sorocaba possui trajetória institucional relevante e referenciais pedagógicos que ultrapassam a simples extensão da jornada. Desde as experiências iniciadas com a Oficina do Saber até a elaboração das Diretrizes Pedagógicas de 2016, observa-

se esforço de construir uma proposta que articule ampliação de tempos e espaços, eixos formativos, protagonismo infantil e organização do trabalho pedagógico.

O PME 2015-2025 incorporou a educação em tempo integral como meta e vinculou sua expansão a temas como infraestrutura, currículo, profissionais, alimentação, participação e projeto político-pedagógico. Portanto, a própria documentação municipal reconhece que oferecer mais horas de escola não é suficiente para garantir educação integral.

No caso de Sorocaba, a atualização das diretrizes municipais anunciada para 2025 e 2026 representa momento especialmente importante. O documento de 2016 permanece como referência, mas a rede mudou, novas unidades passaram a integrar a política e o cenário nacional também foi alterado.

O novo Plano Nacional de Educação, aprovado em 2026, amplia metas quantitativas e acrescenta exigências claras relacionadas à qualidade, integração curricular, formação dos profissionais, infraestrutura, participação comunitária, inclusão e monitoramento. A elaboração do novo planejamento municipal poderá transformar essas diretrizes nacionais em compromissos locais objetivos, respeitando a trajetória e as características da rede.

Entre as prioridades identificadas estão a garantia de infraestrutura adequada à permanência prolongada; a estabilidade e valorização das equipes; a formação continuada para práticas interdisciplinares; a existência de tempo de planejamento coletivo; a articulação entre componentes curriculares e eixos estruturantes; a ampliação de espaços de protagonismo dos estudantes; a integração da educação especial à rotina de tempo integral; e o desenvolvimento de indicadores que avaliem bem-estar, participação e qualidade das experiências, além dos resultados acadêmicos. Esses elementos precisam ser tratados como partes de uma mesma política. Avançar em apenas um deles, sem os demais, pode limitar o alcance da formação integral.

Conclui-se, portanto, que a escola em tempo integral de Sorocaba deve ser compreendida como um projeto pedagógico e político de formação humana, e não como mera organização de horários. O tempo adicional pode constituir recurso valioso para aprofundar aprendizagens, ampliar repertórios, fortalecer a cidadania e promover experiências culturais, científicas, corporais e sociais.

Para que esse potencial se realize, é necessário assegurar coerência entre o que os documentos prescrevem e o que os estudantes efetivamente vivenciam. A revisão em curso oferece oportunidade para consolidar a educação integral em tempo integral como política de

Estado municipal, com continuidade, participação democrática e compromisso com a qualidade social da educação.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Maria Sousa. Educação em tempo integral nas escolas estaduais de Santarém/PA. *Poiesis Pedagógica*, Catalão, v. 22, e2024025, p. 1-15, 2024. DOI: 10.69532/2178-4442.v22.74817.

ALMEIDA, Andréia Soares de; SOUZA, Emanuele Lima; OLIVEIRA, Ângela Maria Gonçalves de. Educação integral e em tempo integral. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 17, n. 2, e7633, 2025.

ANDRADE, Bruno Carneiro de; VIDAL, Eloisa Maia. O papel dos monitores nas políticas de educação em tempo integral no Brasil. *Revista Exitus*, Santarém, v. 13, n. 1, e023049, 2023.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CEB nº 3, de 8 de novembro de 2018. Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, DF: CNE/CEB, 2018.

BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 jun. 2014.

BRASIL. Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023. Institui o Programa Escola em Tempo Integral. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 1 ago. 2023.

BRASIL. Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE). *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 15 abr. 2026.

DA SILVA, Giselle Pinheiro Ferreira; HERMENEGILDO, Vanessa de Oliveira Cuch; ALMEIDA, Dalva de; OTTONI, Célia Lopes da Cunha; SANTOS, Jossilane Gonçalves dos. Educação em tempo integral: perspectivas para a formação cidadã e integral do sujeito. *Lumen et Virtus*, v. 16, n. 55, e10681, 2025.

DIAS, Rafael Rodrigues Alves; CARVALHO, Carolina Ferreira de; MONTEIRO, Lucas Cançado; LUNA, Guilherme Pamplona Beltrão. Obstáculos para as práticas pedagógicas em educação para cidadania e desenvolvimento moral no âmbito escolar. *Caderno Pedagógico*, v. 21, n. 3, e3193, 2024.

ESQUINSANI, Rosimar Serena Siqueira. A escola em tempo integral no Brasil: uma revisão em três atos. *Educação em Revista*, Marília, v. 25, e024005, 2024.

GOMES-SILVA, Amanda Santana; MENDES, Enicéia Gonçalves. Atendimento educacional especializado em escolas de tempo integral. *Educação em Revista*, Belo Horizonte, v. 41, e49296, 2025.

GUILARDUCCI, Raphael Mota; COELHO, Lígia Martha Coimbra da Costa. Indução da jornada escolar de tempo integral no Brasil: descentralização ou desconcentração? *Revista Inter-Ação*, Goiânia, v. 48, n. 2, p. 522-543, 2023.

GUIMARÃES, Keila Roberta Cavalheiro; CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma; SOUZA, Maria de Fátima Matos de. A garantia do direito à educação integral em tempo integral na legislação educacional brasileira. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 16, n. 7, e4892, 2024. DOI: 10.55905/cuadv16n7-114.

LOPES, G. de S. C.; ROCHA, S. M. S. A educação ambiental no currículo prescrito, real e oculto do Colégio Modelo de Itamaraju-BA. *Educere - Revista da Educação*, Umuarama, v. 20, n. 2, p. 431-461, jul./dez. 2020.

MORAES, Maria Cândida. Paradigma educacional ecossistêmico: por uma nova ecologia da aprendizagem humana. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2021.

PARÁ. Secretaria de Estado de Educação. Caderno Único de Atividades - Praias do Conhecimento. Escola Estadual de Ensino Médio Padre Eduardo. Belém: SEDUC/PA, 2020.

SILVA, Fabiana; SANTOS, Marcio. A escola de tempo integral e currículo interdisciplinar: análise de uma escola pública na Amazônia. *Revista Espaço do Currículo*, João Pessoa, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2023.

13

SOROCABA. Lei nº 11.133, de 25 de junho de 2015. Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Sorocaba. Sorocaba, 2015a.

SOROCABA. Secretaria da Educação. Plano Municipal de Educação de Sorocaba: Meta 06 - educação em tempo integral. Sorocaba: Prefeitura de Sorocaba, 2015b. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/pme/wp-content/uploads/sites/20/2024/04/ino7-meta-06.pdf>. Acesso em: 5 out. 2026.

SOROCABA. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações SEDU/DAGP nº 03: Diretrizes Pedagógicas para a Escola de Ensino Fundamental em Tempo Integral. Sorocaba: SEDU, 2016. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-sedu-n-03-ano-2016-caderno-escola-de-ensino-fundamental-em-tempo-integral.pdf>. Acesso em: 5 out. 2026.

SOROCABA. Secretaria da Educação. Caderno de Orientações para o Planejamento 2026, n. 20. Sorocaba: SEDU, 2026. Disponível em: <https://educacao.sorocaba.sp.gov.br/wp-content/uploads/2021/06/caderno-de-orientacoes-n-202026-verso-3.pdf>. Acesso em: 5 out. 2026.